

**SERTÃO E A REVELIA DO MUNDO: EXPROPRIAÇÃO, ENLOUQUECIMENTO,
MIGRAÇÃO FORÇADA E CONCENTRAÇÃO DE TERRA DURANTE A
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL**

João Batista de Almeida Costa¹

Recebido em: 01/03/2021

Aprovado em: 25/06/2021

Resumo: No escopo da modernização conservadora brasileira, no norte de Minas Gerais, ocorreu uma intensa concentração fundiária a partir de usurpação das terras de famílias de comunidades negras, principalmente, mas também de comunidades brancas de agricultores familiares que foram forçados à migração com maior número de casos entre os anos 1965 e 1980, após a anexação da região norte mineira à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. A autarquia de desenvolvimento nordestino financiava a transformação de fazendas em empresas rurais modernas e na região norte mineira, profissionais liberais das principais cidades, buscando se afazendar para usufruir dos recursos fiscais e financeiros disponibilizados para modernizar a economia regional, e fazendeiros tradicionais, em busca das melhores terras da região, expropriaram com violência desmedida às famílias negras que ocupavam, desde o século XVII, as terras férteis do vale do rio Verde Grande e as famílias brancas de agricultores em outros espaços regionais. Um número significativo de pessoas enlouqueceu com a destruição do *mundus social* em que cada uma vivia. Utilizando um relato etnográfico, minhas lembranças, estudo acadêmico, crônicas e relatos de jornais do período que informam o despejo de pessoas enlouquecidas pelos prefeitos dos municípios norte mineiros nas ruas de Montes Claros e daí, enviadas pelo poder público local, para o Hospital Colônia de Barbacena e, também, para o Hospital Galba Veloso em Belo Horizonte. A interpretação construída, em uma leitura antropológica da teoria econômica dos fatores de migração - expulsão e atração -, é feita a partir do conceito de anomia de Durkheim (1982) e utilizado em seus estudos por Merton (1970) e Oliven (2000) que permitem entender, em minha

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2003). Atua como professor-pesquisador com estudo e pesquisas sobre temáticas culturais vinculadas às populações tradicionais, Sertão, Identidade Regional e diversas temáticas necessárias à formação dos estudantes na área disciplinar da Antropologia Social na graduação da Universidade Estadual de Montes Claros. No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social estou vinculado à linha de pesquisa Movimentos sociais, identidade e territorialidade, desenvolvendo estudos e orientando pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, bem como realizando perícias para elaboração de relatórios antropológicos para organismos estatais ou para entidades de povos e comunidades tradicionais que assessora em seus processos sociais. Também tenho atendido à demanda de Terreiros de Candomblé e de Umbanda para elaboração de pareceres dos bens patrimoniais e imateriais, em que buscam registrar nos Conselhos de Patrimônio Cultural dos municípios suas condições singulares.

leitura, o enlouquecimento das pessoas em consequência à desestruturação do *mundus social* em que viviam.

Palavras-chave: Expropriação, Anomia, Enlouquecimento, Migrações Forçadas

SERTÃO AND THE DEFAULT OF THE WORLD: EXPROPRIATION, MADNESS, FORCED MIGRATION AND LAND CONCENTRATION DURING CONSERVATIVE MODERNIZATION IN BRAZIL

Abstract: Within the scope of conservative Brazilian modernization, in the north of Minas Gerais there was an intense concentration of land ownership from the usurpation of the lands of families of black communities, mainly, but also of white communities of family farmers who were forced to migrate with a greater number of cases among the years 1965 and 1980, after the annexation of the northern region of Minas Gerais to the area of operation of the Northeast Development Superintendence. The northeastern development agency financed the transformation of farms into modern rural companies and in the northern region of Minas Gerais, professionals from the main cities, seeking to get involved in order to take advantage of the fiscal and financial resources available to modernize the regional economy, and traditional farmers, in search of the best lands in the region, expropriated with excessive violence the black families that occupied, since the 17th century, the fertile lands of the valley of the Verde Grande river and the white families of farmers in other regional spaces. A significant number of people went crazy with the destruction of the *social mundus* in which each lived. Using an ethnographic account, my experience, chronicles and newspaper reports from the period that inform the eviction of people maddened by the mayors of the municipalities of northern Minas Gerais in the streets of Montes Claros and from there, sent by the local government, to the Hospital Colônia de Barbacena and, also, to the Hospital Galba Veloso in Belo Horizonte. The constructed interpretation, in an anthropological reading of the economic theory of migration factors - expulsion and attraction, is based on the concept of anomie by Durkheim (1982) and used in their studies by Merton (1970) and Oliven (2000) that allow me to understand, in my reading, the madness of people with the destruction of the *social mundus* in that lived.

Keywords: Expropriation, Anomie, Madness, Forced Migration

SERTÃO Y REVELIA DEL MUNDO: EXPROPIACIÓN, LOCURA, MIGRACIÓN FORZADA Y CONCENTRACIÓN DE TIERRAS DURANTE LA MODERNIZACIÓN CONSERVADORA EN BRASIL

Resumen: En el ámbito de la modernización conservadora brasileña, en el norte de Minas Gerais, hubo una intensa concentración de tenencia de la tierra por la usurpación de tierras de familias de comunidades negras, principalmente, pero también de comunidades blancas de agricultores familiares que se vieron obligados a migrar con un mayor número de casos. entre los años 1965 y 1980, luego de la anexión de la región norte de Minas Gerais al área de operación de la Superintendencia de Desarrollo del Nordeste. La agencia de desarrollo nororiental financió la transformación de fincas en modernas empresas rurales y en la región norte de Minas Gerais, profesionales liberales de las principales ciudades, que buscaban involucrarse para aprovechar los recursos fiscales y financieros disponibles para modernizar la economía regional, y agricultores tradicionales, en busca de las mejores tierras de la región, expropiaron con excesiva violencia a las familias negras que, desde el siglo XVII, ocupaban las fértiles tierras del valle del río Verde Grande y las familias blancas de agricultores en otros espacios regionales. Un número significativo de personas se volvió loco con la destrucción del *mundus social* en el que cada uno vivía. Utilizando un relato etnográfico, mis recuerdos, estudio académico, crónicas y reportajes periodísticos de la época que informan del desalojo de personas enloquecidas por los alcaldes de los municipios del norte de Minas Gerais en las calles de Montes Claros y de allí, enviados por el gobierno local al Hospital Colônia de Barbacena y también al Hospital Galba Veloso de Belo Horizonte. La interpretación construida, en una lectura antropológica de la teoría económica de

los factores migratorios --expulsión y atracción--, está hecha a partir del concepto de anomia de Durkheim (1982) y utilizada en sus estudios por Merton (1970) y Oliven (2000) quienes me permiten comprender, en mi lectura, la locura de las personas como consecuencia de la ruptura del *mundus social* en el que vivían.

Palabras clave: Expropiación, Anomia, Locura, Migración Forzada

A argumentação construída neste artigo toma como base fatos observados, vivenciados ou lidos, que manuseio. Em *Colina Alta*, comunidade rural em um município norte-mineiro em que estive fazendo coleta de dados para um dos estudos que realizei em minha vida acadêmica, no dia em que cheguei chamou-me a atenção, a partir do terreiro da casa em que fui acolhido, na roça do outro lado do curso d'água uma mulher andando nua. E essa foi uma visão que se repetiu em todo o tempo em que estive nessa comunidade rural.

Ao perguntar à família que me acolheu sobre a mulher nua, fiquei sabendo que Rosa, nome fictício dado devido a Rosa ainda viver com seus familiares. quando adolescente era uma garota normal, mas ao ver seu pai puxado pelo rabo de cavalo até a morte e sua mãe estuprada por um dos jagunços que realizaram o roubo da terra da família, ela *enlouqueceu*. Saiu correndo pelo mato e arrancando as roupas até chegar à casa do tio, onde passou a morar, naquela comunidade de Colina Alta. Perguntei, porque, como em outros lugares ela não foi *mandada para Barbacena*. O dono da casa, então disse, que somente conversando com o tio dela eu poderia saber o porquê da escolha em manter Rosa com a família, apesar do inconveniente de suas andanças, nua em pelo, quando dos seus surtos de loucura, dado que no cotidiano ela atuava como todos, cuidando de afazeres domésticos no interior da casa e na lavação de roupa no córrego no limite da terra familiar. E, também, cuidando do pomar e nos momentos de beneficiamento da produção, principalmente, feitura de farinha de mandioca e quando colocavam o *engenho para cantar*, como diziam em Colina Alta, na fazeção de rapadura.

Como voltei a essa comunidade várias vezes, em uma dela tive a oportunidade de conversar com o tio de Rosa sobre o porquê da permanência dela junto com sua família. Foi me dito que tomou conhecimento de outras pessoas, mulheres e homens jovens, que enlouqueceram na mesma época e que foram mandadas para Barbacena e, também, o sofrimento da pessoa permanentemente enlouquecida que fez uma viagem sem volta e para a própria família. E que todas essas pessoas enlouqueceram porque a

família foi forçada a vender a terra em troca de uma garrafa de pinga, um lenço para a cabeça, a promessa de ajuda quando mudasse para a cidade, ou roubadas como seu irmão. E como ela se refugiou em sua casa decidiu permanecer com ela, apesar do inconveniente de suas andanças nuas quando ela surtava por algum motivo, principalmente a aproximação de pessoas desconhecidas chegando a cavalo. E, repetiu várias vezes, que ela era uma mulher que ajudava na labuta da família e se tornou necessária.

Ao tomar conhecimento do enlouquecimento de Rosa emergiu em minha memória, e passei a rememorar, a minha vivência em Montes Claros, quando adolescente, a partir de meados dos anos 1960 em que um número significativo de pessoas era *despejado* pelos prefeitos dos municípios de origem os chamados *loucos do Sertão* em algum ponto da cidade. Essas pessoas se espalhavam pelas ruas e apavoravam a todos os montesclarenses, muitas vezes crianças, adolescentes e mulheres nem saíam às ruas, nesses momentos, com medo das agressões que poderiam sofrer.

A partir do conhecimento da situação da Rosa e das minhas memórias comecei a procurar conhecer casos de enlouquecimentos ocorridos em outras localidades da circunvizinhança e da região norte mineira. E, entre outras reflexões, sobre a opção do acolhimento dela por um tio paterno e do envio de membros da família para hospitais psiquiátricos quando li o livro de Daniela Arbex (2013). Ao saber, como mostrado pela autora, que a grande maioria das pessoas em Barbacena não tinha diagnóstico de doença mental, interpelei-me, o que impulsionou a minha reflexão. No texto da autora, o caso ocorrido em Grão Mogol, em que a mãe Donana lendo sinais de esquisitice no filho, calado e sem amigos, tomou “notícia de tratamento médico (...). Ela decidiu autorizar o encaminhamento do filho para o hospital de neuropsiquiatria de Oliveira (...). Foi convencida de que o menino sofria de doença mental e, por isso precisava ser internado” (Idem, ibidem, p. 131 e 132). Cabe lembrar aqui, a política de higienização social vigente no Brasil desde o final do século XIX, para fazer a limpeza social pela exclusão de determinado grupo de pessoas da sociedade, marginalizando-os e recorrente no Norte de Minas como discutido por Caleiro e Celestino (2010) em seu artigo sobre *os loucos do Sertão*. Nesse estudo é afirmado que a sociedade

montesclarenses propugnava pela construção de um hospital psiquiátrico na cidade desde os anos 1950.

O caso de Luizinho de Grão Mogol, filho de Donana, ocorreu em um período anterior ao que delimito os acontecimentos vivenciados por Rosa e pelos *loucos do Sertão* nas ruas de Montes Claros que tratarei a seguir, mas a mulher de Colinas Alta foi *acolhida*, distinto da opção de envio para algum hospital, como a tímido rapaz de Grão Mogol, como apresentarei a seguir. E o caso de Rosa não foi o único caso de acolhimento familiar que tomei conhecimento, ocorreram muitos e a decisão do envio para algum hospital neuropsiquiátrico, possivelmente devido a, como informado por Eliane Brum no prefácio do livro *Holocausto brasileiro*, serem “epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda por alguém de mais poder” (ARBEX, 2013, p. 14).

Violentados, como Rosa, ou esquisitos, como Luizinho, duas dinâmicas comportamentais decidiram os destinos dos *loucos do Sertão*, de um lado a permanência no seio da família e de outro, a viagem sem volta para a morte invisibilizada, o manuseio do corpo mercantilizado para a obliteração da possibilidade de reconhecimento, pela ausência da pele, nos laboratórios de anatomia nas faculdades de medicina, como discutido por Arberx (2013) em seu livro, *holocausto brasileiro*.

LOUCOS DO SERTÃO: NOTÍCIAS DE JORNAIS

O estudo de Celestino (2007) e de Caleiro e Celestino (2010), o caso de Rosa e os “enlouquecidos pelas ruas de Montes Claros propiciou construir uma interpretação que articule o enlouquecimento das pessoas e o processo de expropriação das terras das famílias pobres norte mineiras, pois foram tantos casos que chegaram ao meu conhecimento por diversos meios, mas o que deu a partida para essa articulação foi o caso de Rosa, a lembrança de minha vivência e a leitura do livro de Arbex (2013).

Não recorro à interpretação psicanalítica, pois compreendo que esses acontecimentos são fatos etnográficos e merecem uma interpretação, como definido por Peirano (1995, p. 17), ou seja, a “seleção no que foi observado e interpretação no relato”. Recorri as matérias de jornais de Montes Claros que noticiaram o *despejo* nas ruas da principal cidade da região e em seguida enviados em ônibus ou em trens da Rede

Ferroviária Federal para a cidade de Barbacena dos considerados enlouquecidos pelas administrações dos municípios de suas origens. A viagem de trem foi ficcionalizada por Guimarães Rosa (1988) no conto *Sorôco, sua mãe, sua filha* e os embarcados “jamais voltaria a ver seus afetos. Os pacientes da Colônia também não. Ao receberem o passaporte [entrando no trem de doidos], tinham sua humanidade confiscada” (ARBEX, 2013, p. 28).

As matérias jornalísticas foram publicadas entre os anos 1965 e 1980 em decorrência do intenso e violento processo de concentração fundiária ocorrido na região norte mineira, embora Celestino (2007) e Caleiro e Celestino (2010) trabalhem com notícias desde os anos 1950, devido a que a data inicial definida pela estudante de História se refere a enlouquecimentos ocorridos pós grave seca regional no ano de 1948 quando muitos sistemas de produção familiar se desestruturaram, ou no caso do Luizinho, já mencionado, o falecimento de seu pai que retirou a condição da reprodução familiar.

É possível fazer a leitura dos considerados enlouquecimentos nesse período utilizando o conceito de anomia de Dürkheim (1982), entretanto quero focalizar o período em que fatores de expulsão e de atração foram vigentes no norte de Minas, como política pública, com migração interna significativa de um número expressivo de famílias, tanto para as sedes dos seus municípios como para Montes Claros, cidade que emergiu como polo regional no período, e para as grandes cidades brasileiras, notadamente São Paulo, questão que retornarei na seção seguinte deste artigo.

Em seu estudo monográfico Celestino (2007) considera que a ampliação processual da chegada ou passagem de migrantes por Montes Claros passou a ser noticiada com destaques nos jornais locais. E em sua argumentação informa que “a solução encontrada pelo poder público foi o fornecimento de passes para que os migrantes deixassem a cidade” (CELESTINO, 2007, p. 51).

Em 1966 Celestino (2007) informa que, já no início do ano os leitores dos jornais locais tomaram conhecimento do envio, pela delegacia de polícia de Montes Claros, de “‘mais 13 loucos para Barbacena’ (...). Dois meses após, segue outra ‘leva’ anunciada em tom de alívio ‘loucos finalmente deixam a delegacia da cidade’” (CELESTINO, 2007, p. 54).

No ano de 1968 consta na monografia da historiadora que jornal local publica no dia 07 de novembro de 1968, a seguinte informação:

Polícia novamente em apuros: “loucos”. A polícia se vê as voltas novamente com o problema dos loucos que continuam infestando as ruas da cidade e pondo em risco a segurança pública. No mês passado a delegacia de polícia transferiu vinte e cinco loucos da cadeia pública para o hospital colônia de Barbacena, mas nos primeiros dias deste mês teve que recolher mais 10 débeis-mentais que estavam causando transtornos a população (CELESTINO, *idem ibidem*).

Nesse mesmo ano é informado nos jornais locais que qualquer louco enviado à delegacia foi encaminhado para Barbacena, pois o serviço de assistência social custeou a “remoção dos doentes”. Em outra matéria no Jornal de Montes Claros é informado que em 7 de novembro de 1968 “o delegado Vasco Gontijo já não sabe o que fazer para solucionar o problema. Loucos de outras cidades são trazidos para cá, e aqui largados nas ruas, onde fazem das suas e é necessário a intervenção da polícia” (CELESTINO, 2007, p. 55).

Celestino (2007, pp. 56 e 57) informa ainda, sem citação da fonte jornalística, que “a delegacia já não sabe como resolver o problema, que cada dia se agrava mais com os loucos infestando as ruas da cidade e pondo em risco a segurança pública” e que “a cidade está infestada de doidos; aquele lá mesmo parece estar querendo jogar uma pedra em alguém. Teria coragem?”.

Um dos enlouquecidos que aportou em Montes Claros e viveu perambulando durante muito tempo foi Júlio, chamado de Galinheiro pela população local, denominação que o irritava e reagia jogando pedras, pedaços de galhos nas pessoas, principalmente crianças, ou então, batia com o cabo do guarda-chuvas em quem o ofendia. Em uma madrugada Júlio foi assassinado com pedradas na calçada da rua onde dormia e seu crime nunca investigado.

No caso de Júlio que perambulou pelas ruas da cidade durante muitos anos quero fixar a ação das pessoas em sua relação com o homem e a reação do mesmo quando referido por alguém com o apelido de que não gostava. Na teoria antropológica Radcliffe-Brown (1989) ao discutir o significado do termo “relações de brincadeira” afirma ser uma “combinação singular entre cordialidade e antagonismo [e que, distinto da África onde focaliza sua afirmação] em qualquer outro contexto social, expressaria e

provocaria certas hostilidades” (RADCLIFFE-BROWN, 1989, p. 134) que pode se trata de um desrespeito não consentido. Embora o foco desse autor seja prioritariamente a permissão do gracejo, que afirma desejável, por se constituir componente conjuntivo e disjuntivo em certos sistemas sociais estáveis, neste artigo, tais relações consentidas que existem entre parentes e amigos não eram replicadas com “os loucos do Sertão” que eram “despejados” em Montes Claros. Principalmente jovens, mas também crianças e adultos recorriam à jocosidade no trato com os enlouquecidos, principalmente, por causar-lhes terror, como foram evidenciadas nas notícias publicadas e apresentadas acima.

Retornando às notícias jornalísticas, o Diário de Montes Claros informa em edição de 1970 conforme Celestino (2007, p. 52)

somente no ano de 1968 foram encaminhados 65 loucos indigentes para Barbacena e a proporção de doentes do gênero cresce dia a dia principalmente porque as cidades vizinhas mandam seus doentes para Montes Claros sabendo que aqui há maior facilidade de mandá-los para Barbacena. Em *edição posterior o jornal é mais enfático*: os doidos indigentes estão invadindo a cidade. A cada dia chega na estação da Central do Brasil uma nova leva para ser encaminhada a Barbacena,

E ainda que

dezoito loucos seguiram para Barbacena dos que estavam infestando as ruas da cidade, mas o problema não teria solução, *segundo o jornal* porque eles continuam chegando e de louco em louco a cidade fica cada vez mais cheia (CELESTINO, idem, ibidem, grifos da autora).

A cidade, conforme noticiaram os jornais locais, passou a construir visão negativa não só dos enlouquecidos que eram despejados na cidade, mas também dos migrantes que se destinavam às grandes cidades, principalmente São Paulo como pode ser lido em manchete de edição de 1970, *cuidado com os retirantes*. Assim, procurava alertar aos comerciantes que passaram a contratar guardas para os seus estabelecimentos. Tal fato ocorre “devido ao agravamento do êxodo rural de retirantes nordestinos por causa da seca no nordeste e alerta [que] estes podem assaltar casas comerciais em busca de alimentos” (CELESTINO, 2007, p. 53)².

² Embora a historiadora faça referência a migrantes nordestinos, situação ocorrida principalmente desde fins dos anos 1940 com a grave seca ocorrida na região, os chamados retirantes eram também oriundos

E a *via crucis* dos enlouquecidos que vivenciaram a expropriação das terras familiares destruindo seus *mundi sociais* teve início no próprio município em que viviam, ao serem forçados a embarcar em um automóvel da administração local, transferidos para Montes Claros e, então, largados nas ruas da cidade³. Para em seguida serem embarcados em ônibus ou trem para a cidade de Barbacena, para o seu Hospital Colônia e para o Hospital Galba Veloso em Belo Horizonte.

Em artigo publicado Caleiro e Celestino (2010) consideram que as transformações estruturais ocorridas na região com recursos da SUDENE propiciaram que o poder público de Montes Claros encarava, desde décadas anteriores, as migrações de miseráveis “como um perigo para a cidade [pois] sem capacitação para o trabalho industrial, engrossava a fileira dos [miseráveis] já existentes” (CALEIRO e CELESTINO, 2010, p. 4). Também informam que jornal local abordava constantemente o “problema da migração da horda de pobres e loucos”. Mas na interpretação construída “podemos concluir que não se tratava tão somente de pobreza ou poucos recursos: é a miséria dos sertanejos, em toda a sua amplitude chocante que se descortina” (idem, ibidem, p. 4). Os casos conhecidos por mim propiciam outra leitura para as ondas de enlouquecidos chegando à cidade.

Com o crescimento do número de enlouquecidos, as autoras informam que jornalista do Diário de Montes Claros considerou que “a proporção de doentes do gênero cresce dia a dia principalmente porque as cidades vizinhas mandam seus doentes para Montes Claros sabendo que aqui há maior facilidade de mandá-los para Barbacena” (CALEIRO e CELESTINO, 2010, p. 5). E, também informam em matéria de edição posterior que “os doidos indigentes estão invadindo a cidade e a cada dia chega à Estação da Central do Brasil uma nova leva para ser encaminhada à Barbacena” (idem, ibidem, p. 6).

Entre os indigentes que perambulavam pelas ruas de Montes Claros, um deles não foi tratado como louco e tornou-se personagem o cotidiano da cidade e, apesar do nome João, foi denominado de Betão Ronca-Ferro, diferente de como era conhecido em

da zona rural dos municípios norte mineiros a partir de 1965 quando tem início a ação expropriatória das terras na região.

³ *Mundus social* conceito em Woortmann (1995) para leitura da vida camponesa em localidades rurais.

sua cidade natal, Capitão Enéas, João Doido. Ele foi objeto de uma crônica em jornal de Montes Claros, *O Sonho atropelado* escrito por Felipe Gabrich e publicada em 16 de março de 2019 em sua página de rede social⁴. Em seu texto, ele fala que “diziam os populares que Betão fazia diariamente o percurso [66 quilômetros) de sua cidade natal até Montes Claros” (GABRICH, 2019).

Após sua morte, Nonidor Santos publicou no Diário de Montes Claros em 09 de fevereiro de 1975 matéria em que expressou o sentimento da maioria da população da cidade com a morte de Betão Ronca-Ferro. Em sua crônica é afirmado que “talvez uma parte da cidade tenha sentido mais duramente o efeito de sua partida (...).Betão desajeitado e nervoso fez-nos esquecer as agruras do trânsito e a angústia do volante, arrancando-nos um sorriso de complacência, apaziguando-nos a bile” (SANTOS, 1975).

Trago à cena interpretativa as reações da população local para com Júlio, o Galinheiro, e Betão Ronca-Ferro, assim como o de Rosa da comunidade de Colina Alta, todos enlouquecidos e a, também, a minha vivência para pontuar a relação díspare de familiares norte mineiros e da cidade para dois tipos de relações estabelecidas, uma de acolhimento, como no caso da Rosa e do Betão e outra de estranhamento e de galhofa como no caso de Galinheiro e, ainda, de evitação, para com tantos outros que vagaram pelas ruas da cidade. Se por um lado, a mulher é acolhida porque ela sendo parente é parte da família e necessária para garantir a reprodução da família de seu tio com seu labor fora dos surtos de loucura, contribui significativamente no trabalho doméstico e no beneficiamento de produtos agrícolas. E no caso do *motorista* que circulava as ruas da cidade com seu pequeno carro de madeira, é, também, acolhido e carinhosamente respeitado pela maioria dos cidadãos locais. E por outro lado, o homem andrajo tratado com jocosidade, mas ao ter o apelido que não aceitava gritado por crianças, adolescentes e adultos, reagisse com violência jogando pedras ou correndo atrás até acertar aquele que o ofendia com o guarda-chuva ou algum galho que carregava junto de suas bugigangas.

Essas situações juntas evidenciam o processo que fui procurando compreender, a desventura que se abateu sobre numerosas famílias norte mineiras durante o período da modernização conservadora com a intensa e violenta concentração de terras nas

⁴ GABRICH, Felipe. *O sonho atropelado* [online]. Montes Claros: **Facebook**, 16/03/2019. Acessado em 29/06/2020.

zonas rurais dos municípios e a instalação de fábricas, principalmente Montes Claros. Esta cidade se torna, com crescimento demográfico intenso, o principal polo urbano da região triplicando em uma década os cinquenta mil habitantes. Seu crescimento decorre do acolhimento de imensa leva de migrantes rurais das pequenas cidades norte mineiras e, também, de sua própria zona rural, questão que retomarei em seguida. Assim como, a transferência de famílias de classe média buscando a educação e a empregabilidade dos filhos que cresciam.

A MIGRAÇÃO FORÇADA: UMA LEITURA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO NORTE DE MINAS

Modernização conservadora foi termo cunhado por Moore Junior (1975) para referenciar o que ocorreu no Brasil entre os anos 1965 e 1981, quanto às mudanças agropecuárias que aconteceram nas transformações da estrutura fundiária para alavancar o modelo de desenvolvimento rural a partir da vinculação da produção do campo com o financiamento bancário, assistência técnica e insumos industrializados.

A modernização conservadora, conforme Pires (2009) constituiu-se como “uma manifestação sociopolítica com implicações econômicas, uma vez que exprime o pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e os oligarcas terra-tenentes [que no Brasil] condicionaram a formação de uma burguesia dependente” (PIRES, 2009, p. 412).

Resulta desse pacto conservador a concentração fundiária em mãos de médios e grandes proprietários rurais e, no caso do Semiárido brasileiro, também empresas das grandes cidades que passaram a usufruir de recursos financeiros e fiscais disponibilizados pela SUDENE. Por outro lado, o “pacto político construído intestinamente no Estado foi o responsável por criar obstáculos ao acesso democrático à terra por parte das classes inferiores” (PIRES, 2009, p. 412).

No período os economistas adotaram a teoria dos fatores de expulsão e de atração para explicar o fenômeno da migração interna que esvaziou a zona rural e o crescimento demográfico das cidades em decorrência do processo de transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil durante o regime militar.

Em seu estudo sobre o deslocamento de população no interior catarinense, Pires (2009) considera que os mesmos foram provocados pelos fatores de expulsão, que divide em mudanças e estagnação, e atração decorrentes das transformações ocorridas na área de origem e a problemas sociais introduzidos na sociedade brasileira de forma geral e na sociedade local e regional de forma particular. Baseado em Singer (1980), o autor considera que as mudanças que produziram os deslocamentos da população da área que estudou estavam vinculadas “à introdução de formas capitalistas com novas técnicas de produção, causando um aumento da produtividade local e conseqüentemente redução do nível de emprego (PIRES, 2009, p. 23). Considera, principalmente, que tais mudanças acarretaram a “expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e não proprietários (SINGER, 1980, p.223).

Os fatores de expulsão e de atração, modelo de *push-pull*, se caracterizam como sendo positivos (mão-de-obra abundante, terras disponíveis, vantagens econômicas, entre outros) e fatores negativos (baixos salários, clima, escassez de alimento) e propiciam à migração das áreas “consideradas repulsivas negativas (*Push*), para áreas de atração (*Pull*)” (PIRES, 2009, p. 18).

Fundamentado nesta compreensão evidenciei alguns episódios que me propiciam chamar de migração forçada os fatos ocorridos no Norte de Minas no período da vigência da modernização conservadora no Brasil.

A instalação do regime militar e a implementação do pacto político conservador obstaculizou a permanência e o acesso democráticos à terra por membros das classes inferiores. Na localidade de Cachoeirinha, atual cidade de Verdelândia, em setembro de 1964, dois senhores, por meio de seu advogado o Coronel Georgino Jorge de Souza Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, reivindicaram judicialmente 6.400 hectares de terra e o Juiz de Paz da Comarca emitiu a decisão de desapropriação da terra. Em seu estudo, Santos (1985) informa que os camponeses, instalados ali desde o século XIX teriam que deixar sua terra e seu território. A ação de despejo foi realizada em 14 de setembro de 1964. Policiais e bandos armados a mando dos latifundiários participaram do despejo. Trinta e duas famílias foram expulsas com violência. Algumas famílias decidiram abandonar o local, mas a maior parte permaneceu por perto e continuou lutando pela posse das terras. Em 1967, grande parte dos posseiros havia retornado para suas terras e viviam sob a ameaça constante dos

latifundiários. Com um novo mandado judicial, os *coronéis* despejaram os camponeses. Mas, desta vez, não foram, apenas, 32 famílias, mas 212. Os coronéis e latifundiários se apossaram do dobro das terras que a decisão judicial afirmava que lhes pertenciam. Roubaram e queimaram a lavoura, as casas e tudo que pertencia aos camponeses. Cerca de 15 mil hectares de terras foram esbulhados pelos latifundiários.

Conforme Seu Sula, um dos arrancados de sua terra, “nós resistimos de todas as formas. Mas o papagaio de carvoeiro ataçava o tempo todo. A gente resistia pra não abandonar a terra. Ele mandava jagunço atçar. A gente ia trabalhar e depois ficava escondido no mato. Mas, mesmo assim eles mataram seis companheiros” (Monção, 2009, p. 48).

Em 1971, após uma enchente do rio Verde Grande, as famílias ficaram isoladas, vivendo no mato, sem possibilidade de conseguir alimentos e 64 crianças acabaram falecendo, porque sem casa, dormiam debaixo de árvores no relento, no sol, no sereno e com fome. As mulheres enlouquecidas com as mortes de seus filhos tocaram fogo na fazenda e o advogado dos “coronéis”, o comandante de batalhão regional de polícia denunciou os camponeses como sendo um grupo subversivo querendo implantar guerrilha no Norte de Minas.

A esses acontecimentos denominou-se o *massacre de Cachoeirinha*, quando, agentes públicos determinaram despejo e abandono de dezenas de famílias de agricultores negros que se aquilombaram no lugar desde o período escravista. E, também, roubaram o gado e queimaram a casa e a lavoura de cada família.

Não muito distante de Cachoeirinha, na região de Serra Azul, município de Manga, no início dos anos 1960, retornava à região Salustiano Gomes Ferreira, apelidado Saluzinho, que teve que abandonar sua casa e terra no Noroeste do Paraná, pois alguém muito poderoso que reivindicou a posse das terras do lugar mandava policiais e jagunços fazer ameaças. Em Moreira (2010) é informado que Saluzinho cansado “de desaforos, decidiu reagir, acertando dois jagunços (...) um deles era policial” (MOREIRA, 2010, p. 104). Julgado e preso cumpriu quatro anos em cadeia paranaense e quando libertado não encontrou mais nada de sua casa e retornou a sua terra natal, Limoeiro, próximo a Campo Redondo, em Varzelândia.

Em sua tese Dayrell (2019) informa que chegando às terras do pai, em Limoeiro, descobriu que “tinham sido invadidas por (...) José Milo (CAMPOS, 2014). Mas fica

sabendo que na Jaíba existiam terras soltas que podiam ser ocupadas. Vislumbra uma possibilidade de reconstruir sua vida nas proximidades do lugar onde nasceu” (DAYRELL, 2019, p. 63). Então, casou-se com Dona Dúlcia e fez posse em Serra Azul, após conversar com o prefeito de Itacarambi, cujas terras se encontravam nas proximidades. Esse lugar, o Estado de Minas Gerais tomou para si para implantar, posteriormente o Projeto de Irrigação Jaíba.

Em um artigo Chaves (2006) narra que reagindo à expulsão da terra onde formou nova família e reconstruiu sua vida, Saluzinho,

em outubro de 1967, após cinco dias de cerco em uma gruta da região de Cachoeirinha, a polícia militar mineira precisou chamar um comando especial do DOPS, vindo de Belo Horizonte, para ajudar no combate a uma perigosa célula comunista que estaria implantando a resistência armada na região norte mineira e enfrentando as forças públicas. Esse reforço, contando com mais quarenta homens, veio a se juntar a outro vindo do Batalhão de Montes Claros, três dias antes, e já contava com um pesado arsenal de guerra. Tanta movimentação chamou a atenção da opinião pública, inclusive da imprensa que, ao acompanhar o caso, obrigou o estabelecimento de uma negociação para que os bandidos se entregassem vivos. Então, após cinco dias de artilharia pesada, explosões de bananas de dinamite, de gás lacrimogêneo e até mesmo por incêndio, provocado por gasolina esparramada na porta da gruta e, como baixa entre os policiais, um morto e dois feridos, apareceu na porta da gruta um vulto esquelético, com o corpo recoberto de fuligem de carvão e fumaça. A perigosa célula comunista era constituída apenas de um homem, conhecido como Saluzinho, armado com uma garrucha, cujo crime foi o de defender o posseiro Teço contra os jagunços a mando do fazendeiro Oswaldo Antunes (...). A história de Saluzinho é emblemática e se cruza com outras tantas histórias, algumas conhecidas, muitas outras se perdendo nas memórias dos mais velhos que ainda vivem nos sertões de Minas Gerais. (CHAVES, 2006, p. 31).

Na tragédia vivida por Saluzinho, Dona Dúlcia e seus dois filhos, não somente a luta com policiais e jagunços a mando de oligarcas do interior do país usurpando, pela violência, as terras de camponeses, mas também a própria força pública do Estado de Minas Gerais. Resulta de sua resistência à prisão em Belo Horizonte, a transferência da família para a cidade de Itacarambi, onde veio a falecer depois de liberto.

Em minha pesquisa de mestrado realizada nos limites dos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia apreendi a temporalidade dos negros moradores de Brejo dos Crioulos, comunidade quilombola vivida em tempos de fartura, terror e penúria. Em fins dos anos 1920, chamado por um fazendeiro de São João da Ponte, um agrimensor procedeu à demarcação das terras da área e, aprisionado por rebelde

primitivo Antônio Dó chamado pelo pároco de Contendas que possuía uma esposa e filhos na localidade, negociou a permanência das famílias negras desde que acompanhassem a divisão entregando-lhe uma vaca e sua cria⁵.

Como a terra na região era solta e livre, muitas famílias deslocaram-se para outros lugares, no que denominei *Território Negro da Jahyba* (COSTAb, 2012), e organizaram novas povoações⁶. Na comunidade de Agreste, circunvizinha a Brejo dos Crioulos, tomei conhecimento de um homem, extremamente vaidoso, que vendeu a terra da família, dividindo-a em partes e repassando-a em momentos diferentes para comprar brilhantina e ir para os batuques e os forrós nas festas de santos das comunidades da área. Ele fundamentava a decisão da venda das terras na certeza de que poderia fixar-se em nas proximidades, mas desde a construção de estrada de ferro da Central do Brasil e da desinsetização da Mata da Jaíba durante o governo Vargas as terras passaram a ter valor. Pensando ainda ser a terra ser solta e livre para apropriação ele trocou por brilhantina toda a terra em que morava e migrou para São Paulo com sua família.

Muitas famílias negras migraram para a sede do município de São João da Ponte, para as cidades próximas e o Estado de São Paulo fugindo às perseguições violentas que se seguiram aos que resistiram como aos moradores de Cachoeirinha e Saluzinho. Os que acompanharam a divisão, nos anos 1960 passaram a viver sob o terror de bandos de jagunços que armados ameaçavam os que acompanharam a divisão da terra e que utilizando de artifícios forçavam-nos, sob a mira de fuzis, a vender a terra recebendo em troca uma garrafa de cachaça, um lenço para a cabeça da viúva ou a ameaça de arrastar pelo rabo de um cavalo um senhor de 103 anos. Estava estabelecido o tempo do terror, de conflitos entre famílias negras com grandes fazendeiros que chegaram secundados por bandos de jagunços armados até os dentes para tomar as terras que alegadamente lhes pertenciam. Nesse período pode-se falar de choque entre forças desiguais, os

⁵ Antônio Dó, um baiano que se fixou em uma fazenda no município de São Francisco, no início do século XX e que, com a mudança de governo, foi perseguido pelos que se tornaram situação. Rebelou-se, organizou um grupo de jagunços que percorriam a região defendendo as comunidades que estavam sofrendo ameaças para o abandono da terra. Maiores informações podem ser lidas em Saul Martins (1967).

⁶ O *Território Negro da Jahyba* recobria o vale do rio Verde Grande que nasce nas proximidades de Montes Claros e deságua no São Francisco na divisa com a Bahia, mas sua bacia também se estende pelo espaço baiano até Bom Jesus da Lapa.

fazendeiros e os *fracos*, como os crioulos se consideravam. Em uma narrativa sobre esse conflito, Canuto, morador do grupo local Arapuim informa que

Fraço é que nem cachorro na boca da onça. O fazendeiro. Eu tenho condição de brigar com um fazendeiro? Eu vou brigar com ele! Eu vou latir a ele e ele me comer. É igual a onça. Igual a onça. Tem mais dinheiro. O que eu vou fazer com ele? Não posso fazer nada. Se por acaso, ele é fazendeiro, ele é tataú, eu vou brigar com ele. Eu tenho só essa egüinha aí e ele tem um montão de ... Eu vou brigar com ele? Eu vou ganhar a questão? Ganha não. Se ele ganha, caça todo jeito de me prejudicar. Antigamente era desse jeito. Porque ele ficava com raiva porque eu ganhei, só tinha essa égua aí pra ganhar a questão, mandava me matar. Ficava a mesma coisa pra ele” (COSTAa, 1999, p. 58).

Diferente de Cachoeirinha e de Serra Azul, as famílias de Brejo dos Crioulos foram forçadas à venda de suas terras, as mais férteis do vale do rio Verde Grande cuja produtividade contribuiu com muitas famílias em diversas localidades do *Território Negro da Jahyba* no período de grandes secas recorrentes no semiárido nordestino e norte mineiro. Em muitas outras comunidades rurais como Lapinha no município de Matias Cardoso, Bom Jardim da Prata no Município de São Francisco e muitas mais em todo o Norte de Minas ao se narrar, pela memória de cada família, a história do lugar, os anos 1960 em diante tem sido chamado de o tempo do terror devido às ameaças, às violentas mortes de homens, aos estupros de mulheres e a usurpação das terras familiares com artifícios, que venho chamando de venda forçada. E se houve migração, o principal fator que funcionou foi o de expulsão, em que as famílias migravam para fugir à violência e ao terror.

EXPROPRIAÇÃO E ENLOUQUECIMENTO: UMA LEITURA TEÓRICA POSSÍVEL

No período dos acontecimentos que busco interpretar as teorias explicativas da migração rural para as cidades apoiavam-se em fatores de expulsão e fatores de atração discutidos por diversos autores em Moura (1980). Nas migrações, compreendidas no modelo *push-pull* em que há, por um lado, fatores positivos como abundância de mão-de-obra, disponibilidade de terras, vantagens econômicas e outros, e por outro, fatores negativos como baixos salários, clima e escassez de alimento.

O viés econômico para as explicações da intensa migração ocorrida no período dos acontecimentos que estudo consideravam que os fatores de expulsão das regiões decorrem das transformações ocorridas na área de origem e problemas sociais postos pela nova realidade da sociedade, como os excedentes econômicos e as transformações no mundo do trabalho, como discutido por Henrique (2011).

Nessa perspectiva os fatores de mudança vinculam-se na introdução de formas capitalistas com novas técnicas de produção que passam a influenciar a migração para outras áreas. Para Singer (1980, p. 223), tais mudanças acarretam a “expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e não proprietários”.

A leitura aqui construída é alicerçada na afirmação de que as intensas migrações rurais norte-mineiras para as cidades tiveram origem na expropriação, por usurpação, de famílias camponesas, agregadas, parceiras e não proprietárias das terras ocupadas pelas famílias negras desde o período colonial e pelas famílias de agricultores pobres, ocorridas no período da modernização conservadora da economia brasileira com consequente concentração fundiária, que deu origem a latifúndios. Estes foram transformados em empresas rurais com recursos oriundos do financiamento e incentivos fiscais disponibilizados pela SUDENE, na região norte mineira. Mas, ainda que minha leitura se apoie no viés econômico, ela é construída numa perspectiva sociológica, de fato social (DÜRKHEIM, 1982), e numa perspectiva antropológica de fato etnográfico (PEIRANO, 1995).

A perspectiva teórica utilizada para a leitura dos processos de expropriação e enlouquecimento de mulheres e homens norte-mineiros durante a modernização conservadora no Brasil é apoiada na teoria dürkheimiana de *anomia*, utilizada por este autor para compreender a enorme quantidade de suicídios ocorridos em países europeus quando da grande transformação, conforme discutido por Polanyi (2000).

Em seu estudo sobre o suicídio Dürkheim (1982) o toma como um fato social quando se trata de um conjunto de suicídios em certa sociedade e em certo período e as sociedades têm, em cada momento, uma disposição definida para tal acontecimento. Essa perspectiva social e temporal afirmada por este autor inspirou-me a ver na sociedade norte mineira, na temporalidade da modernização conservadora, o embricamento de dois acontecimentos que sempre são lidos em separado: a expropriação de terras de famílias negras e famílias de agricultores familiares pobre e a

enorme quantidade de enlouquecimentos de mulheres e homens oriundos das comunidades rurais que sofreram violenta esbulho de suas terras e, a partir daí, a desestruturação do *mundus social* em que cada família usurpada vivia inserido, como parte de uma coletividade do tipo camponesa alicerçados em uma autonomia, ainda que relativa (BRANDÃO, 2012). É possível pensar que autônoma é a coletividade que tem o *nomos*, o sentido-do-ser, para pensar-o-ser que habita dentro de você⁷. Há, assim, uma dimensão dada pela coletividade e outra imanente a quem nela vive. Sendo a autonomia o “nomos”, o seu contrário seria a anomia, a ausência de normas, em que ocorre na coletividade a perda do sentido-do-ser e no indivíduo o pensar-o-ser e, transformado em autômato, o indivíduo não se tem em-si-mesmo, o que é propriamente seu, porque criado por um outro ser, como um sentido-em-mim a que reconheço, ao pensar-o-ser, suas normas.

Em sua teoria da anomia Dürkheim (1982, p. 438) afirma a existência da “relação do suicídio com outros fenômenos sociais: o suicídio e os atentados contra a propriedade, ausência de qualquer relação”. É a partir do entendimento dessa relação com outros fenômenos sociais que compreendo a emergência da anomia no caso em estudo como o atentado contra a propriedade familiar, o enlouquecimento de mulheres e homens pela violência dos jagunços que tiram dos indivíduos o seu sentido-do-ser, por pertencimento a uma estrutura social coletivizada e o pensar-o-ser que passa a não se ter-em-si-mesmo pela perda de todas as normas em que vivia submetido. Sendo a anomia um estado marcado pela falta de regulamentação, paixões ilimitadas, horizontes infinitos e tormento, ela é potencializadora da prática de suicídio e, no caso em estudo, do enlouquecimento.

Em seu estudo sobre mobilidade urbana Oliven (2009, p. 3) afirma que a anomia pessoal significa "o estado de espírito de alguém que foi arrancado de suas raízes morais (...) que já não tem qualquer senso de continuidade, de grupo e de obrigação". Nesse sentido, em seu estudo etimológico das palavras na ficção roseana sobre *Sorôco, sua mãe, sua filha*, Belo (1999, p. 113, grifos do autor) considera que a utilização do termo

⁷ Carlos Rodrigues Brandão em 14/05/2020 encaminhou a um coletivo de amigos o manuscrito *Sobre algumas palavras – como pensar conhecidas palavras através de um pequeno vocabulário algo transgressivo em dias de quarentena do corpo e recolhimento do espírito*, a ser publicado por revista eletrônica brevemente.

“avocar” no canto das personagens informa a loucura como agente de suas chirimia e que “as duas *loucas* estão ali porque já foram corrompidas”. Assim, tomadas pela loucura, sem raízes morais e corrompidas no pertencimento ao grupo e o vínculo à obrigação social, compreendo a emergência de processo de enlouquecimento de mulheres e homens norte mineiros entre os anos 1965 e 1980, dentre outras possibilidades.

E ao vincular a anomia de migrantes rurais para as grandes cidades Oliven (2009) afirma que

uma das principais características do meio rural é a sensação de pertencer a algo. No campo, o indivíduo, qualquer que seja sua posição social, tem nítida consciência de fazer parte de grupos. A família é um grupo sólido, a vizinhança também o é. Igualmente, a posição individual dentro da comunidade é bem definida (OLIVEN, 2009, p. 2).

A expropriação, pelo esbulho, das terras familiares propiciou a corrupção do pertencimento, da posição social da consciência de ser parte da coletividade e de seu núcleo social primário, bem como a confiança na vizinhança, mulheres e homens sem posição individual definida na comunidade em que viviam, pois a família é a referência de todos os seus membros, a loucura os corrompe e os colocam em uma situação de falta do sentido-do-ser e do pensar-o-ser em si mesmos. Embora, como dito por Arbex (2013) a maioria dos internados na Colônia de Barbacena não fossem loucos, mas *descartados* por motivos diversos da vida social em que se encontravam inseridos.

Retornando à Dürkheim (1982), vejo que no sentido da leitura que construo, não existe mais “o bem-estar ou a felicidade do indivíduo [que] somente é possível se houver um equilíbrio entre suas expectativas, suas exigências e os meio socialmente acordados” (idem, p.476). Ao não se ter-em-si-mesmo, não há mais tal equilíbrio e, decorre daí, o processo anômico que faz emergir no indivíduo o enlouquecimento a partir da não compreensão do processo em que foi automatizado, como discutido acima, e, principalmente pelas agressões jocosas dos cidadãos pelos lugares em que passavam.

A partir da concepção dürkheimiana é possível afirmar que quando uma sociedade é perturbada por mudanças repentinas, como sói ser o violento caso da modernização conservadora no norte de Minas, os indivíduos passaram a não se ajustar em suas posições e a falta de regulamentação provocou sofrimento extremo e, em consequência, o enlouquecimento em número elevado de mulheres e homens. A

coletividade perdida, pois sem os meios de produção e a presença sempre continuada da violência dos jagunços, forçou a família à migração para além, em busca de condições de reorganiza-se para dar continuidade à vida de todos os seus membros e, os enlouquecidos que saíram pelo mundo são enviados, pelo poder público local, para as ruas de Montes Claros e daí para os hospitais de loucos, de onde nunca voltaram.

A utilização do conceito de anomia é também apoiada na leitura culturalista de Merton (1970, p. 236) que em sua teoria da estrutura social, afirma que na ocorrência de uma ruptura cultural há “aguda disjunção entre, de um lado, as normas, e de outro, as capacidades socialmente estruturadas dos membros do grupo de agirem de acordo com essas normas”. E a disjunção ocorrida se dá na quebra da estrutura social da coletividade, por extrema violência de jagunços a mando de cidadãos em seus desejos de afazendamento, de fazendeiros e de empresas e bancos urbanos buscando usufruir dos recursos financeiros e fiscais disponibilizados pela SUDENE. A regulamentação da vida coletiva perde suas normas e socialmente não se tem mais capacidades estruturadas para se agir de acordo com as normas que a fundamentam. É o mundo em revelia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo é uma interpretação sobre os violentos acontecimentos ocorridos entre os anos 1965 e 1980, período vigente da chamada modernização conservadora durante o regime militar, fruto do pacto político conservador entre burgueses, governo e oligarcas quando ocorreu, em todo o país, a diáspora da maioria das famílias rurais que migraram para as cidades, seja das cercanias de suas terras, seja para as grandes cidades como, em Minas Gerais, para Belo Horizonte e para São Paulo, Rio de Janeiro e a nascente capital do país, Brasília. Focalizo alguns casos ocorridos no Norte de Minas para compreender a exclusão de modos de vida, a expropriação, por esbulho, das terras familiares, no escopo da transformação implementada por políticas de Estado e de governo, bem como pela utilização, dos oligarcas com apoio político e policial, de organismos governamentais.

Nesse período a teoria econômica de que a migração era decorrente de dois fatores, exclusão devido à negatividade da situação em que se vivia e de atração pela

positividade do que ocorria nas cidades e, por outro lado, no campo, ao se vincular produção agropecuária, insumos industriais, financiamentos bancários e assistência técnica.

Considero que duas lógicas distintas se chocaram nesse processo de concentração fundiária ocorrida no Brasil a partir da expansão das relações capitalistas de produção que ampliou a articulação entre campo e cidade. Se as famílias rurais, do tipo camponês, organizam suas vidas tendo a terra como patrimônio com seu valor de uso, dentro do pacto político entre burgueses e oligarcas, a terra foi reificada, como discutido por Weber (1972), em que ocorreu a transformação da vida em objeto, coisa, mercadoria. Como as terras ocupadas por milhares de famílias pobres eram devolutas passaram a ter valor de troca, ao ocorrer a desinsetização da Mata da Jaíba no governo Dutra, a construção da estrada de ferro Central do Brasil na região nos anos 1940, pois estava parada em dois pontos extremos, Montes Claros e Espinosa, ao mesmo tempo em que as três instâncias de governo e a SUDENE passaram a investir na estruturação de serviços e financiamentos para a modernização da economia regional, terras foram reificadas e as milhares de pessoas, como objetos, passaram a ser descartadas para a produção de riqueza de poucos e de empresas, como discutido por Augusto (1968) sobre a intervenção do Estado na construção de infra-estrutura de serviços e financiamentos objetivando modernizar a economia regional.

No Norte de Minas, a modernização conservadora, em sua selvageria, pela forma como as famílias de agricultores, negros, mestiços ou brancos, saíram das terras familiares, decorre não de fatores de atração, que ocorreu principalmente para as famílias de classe média das pequenas cidades da região que migraram para Montes Claros, principalmente, em decorrência da instalação de fábricas e ampliação do serviço educacional com a criação de uma faculdade de Filosofia com cursos de licenciatura e bacharelado, mas pela usurpação de suas terras, a desestruturação das capacidades produtivas de reproduzir-se e pela impossibilidade de ocupação de novas áreas nas proximidades de sua coletividade original.

Nas áreas de terras mais férteis da região, o que chamo de *venda forçada* que propiciou intenso fluxo de agricultores migrantes, em suas diásporas familiares para as cidades da circunvizinhança e para as grandes cidades, não tiveram como fator de impulso a atração do que ocorria nas grandes cidades, mas a expulsão com extrema

violência em que homens foram assassinados, mulheres estupradas e as terras esbulhadas. Em consequência, membros das famílias usurpadas, enlouqueceram pela impossibilidade de adaptação na nova situação em que foram jogadas por oligarcas norte mineiros.

Embora denomine *venda forçada* quero reforçar que diante de violentos homens armados não se negocia, ainda que se tenha recebido garrafa de cachaça, lenço para a cabeça ou outros pequenos apetrechos, o que se viveu foi o extermínio dos *mundi sociais* construídos pelos antepassados das famílias violentamente expulsas de suas terras que lhes foram roubadas.

Sem terra para viver, sem maridos e pais, famílias inteiras viram seus membros partir em diáspora atrás de uma “terra prometida” onde pudessem se instalar e, aos poucos, ir levando todos os parentes, dinâmica estudada por Durham (1984) sobre a vida rural e a migração para São Paulo, foi um novelesco processo à *caminho da cidade*. E, também, a emergência dos “loucos do sertão” pelo enlouquecimento de muitos e envio para os hospitais neuropsiquiátricos de Belo Horizonte e Barbacena, com *despejo*, pelas administrações municipais locais, nas ruas de Montes Claros que vivenciou o “acolhimento” de alguns, como Betão, bem como muitas famílias rurais receberam algum parente com surtos de loucura, como Rosa, as brincadeiras jocosas, como Júlio, o Galinheiro. E, ainda, o medo e terror daqueles que reagiam com *non sense*, às agressões impostas pelos cidadãos.

A interpretação construída em uma leitura antropológica da teoria dürkheimiana de anomia pode evidenciar que resultou do processo sociopolítico, no escopo da selvagem modernização conservadora no Norte de Minas, por um lado, a concentração de terras com criação de médios e grandes latifúndios impostos por indivíduos em seus afazendamentos, bem como por grandes empresas e bancos, para usufruir dos benefícios fiscais e financeiros da SUDENE. E, por outro lado, a dupla dinâmica de milhares de famílias de agricultores negros, mestiços e brancos pobres, a migração forçada em decorrência da violenta expulsão de suas terras e o enlouquecimento de centenas de mulheres e homens que deram origem à categoria *loucos do Sertão*.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. *O holocausto brasileiro*, 1ª. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AUGUSTO, Rosely Carlos. *A intervenção do Estado na região norte de Minas Gerais*. Mimeo. Montes Claros: Comissão Pastoral da Terra / Norte de Minas, 1968.

BELO, Fábio Roberto Rodrigues Belo. Loucura e morte em “Sorôco, sua mãe, sua filha”, de João Guimarães Rosa [online]. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 19 (25), 1999, p. 109-120

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. Em COSTA, João Batista de Almeida e OLIVEIRA, Cláudia Luz de (orgs), *Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais no Sertão Roseano*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: Editora da Unimontes, 2012, p. 367-380.

CALEIRO, Regina Célia Lima e CELESTINO, Késia Tavares. As veredas da loucura no Sertão das Gerais [online]. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 44, out. 2010, s/p. Acesso em 14/04/2020.

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Saluzinho: luta e martírio de um bravo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014.

CELESTINO, Késia Tavares. *Os Loucos do Sertão uma abordagem da percepção da loucura no norte de Minas Gerais nas décadas 1950-1980*. Monografia (Bacharelado em História) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. Em *Revista Verde Grande* 1 (3), p. 98-107, 2006.

COSTAa, João Batista de Almeida. *Do tempo de fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: UnB / PPGAS.

COSTAb, João Batista de Almeida. Processos de territorializações e o deslizamento de conteúdos na etnicidade quilombola em Agreste. Em *Argumentos* 7, p. 193-244, 2012.

DAYRELL, Carlos Alberto. *De nativo e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes / PPGDS.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984. Debates Ciências Sociais.

DÜRKHEIM, Emile. *O suicídio: Estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

GUIMARÃES ROSA, João. Sorôco, sua mãe, sua filha. Em *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 15-19.

HENRIQUES, Franciele Lagni. *Migração catarinense: deslocamento populacional na Microrregião de Joaçaba*. 2011. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Florianópolis: UFSC.

MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

MERTON, Robert King. *Teoria e estrutura social*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. *As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de*

Verdelândia, Norte de Minas Gerais. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes PPGDS.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOREIRA, Hugo Fonseca. *“Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”:* o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRRJ / ICHS.

MOURA, Hélio Augusto de (org.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980.

OLIVEN, Ruben George. *Metabolismo social da cidade e outros ensaios* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

PEIRANO, Mariza. Os Antropólogos e suas Linhagens. Em: *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, pp. 13-30.

PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Documentos técnicos-científicos. *Revista Econômica do Nordeste* 40 (3), p. 411-425, 2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Apontamentos sobre a Relação de Brincadeiras. Em *Estrutura e função nas Sociedades Primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 133-154.

SANTOS, Nonidor. Betão. Em *Diário de Montes Claros*. Montes Claros. 09/02/1975.

SANTOS, Sônia Nicolau. *À procura da terra perdida: para uma reconstrução do Conflito de Cachoeirinha*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, Hélio Augusto de (org.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980, p. 211-244.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. São Paulo: Cultrix, 1972.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

Postagem em Rede Social

GABRICH, Felipe. *O sonho atropelado* [online]. Montes Claros. Disponível em: https://www.facebook.com/deolhonofato/posts/2074573072655946?__xts__%5B0%5D=68.ARAAns_vG7j_0x5. Acessado em 29/06/2020.